

RESUMO

Neste trabalho, pretende-se apontar os momentos de ruptura dos estudos sobre a língua(gem) ao longo da história da Lingüística e mostrar como a Lingüística Crítica se contrapõe à Lingüística convencional, reivindicando um lugar em meio aos estudos denominados lingüísticos.

PALAVRAS-CHAVE: língua(gem), tradição, ruptura, lingüística, lingüística crítica.

LÍNGUA(GEM): LINGÜÍSTICA E LINGÜÍSTICA CRÍTICA

Maria Isabel Borges*

ABSTRACT

This work, intends to point out the moments of rupture of the studies about the language along the history of the Linguistics and to show that the Critical Linguistics opposes to the conventional Linguistics, demanding a place among the studies characterized as Linguistics.

KEY WORDS: language, tradition, rupture, linguistics, critical linguistics.

* Doutoranda em Lingüística, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: belgorges1@hotmail.com

No âmbito da Lingüística, há diversas concepções teóricas de língua e de linguagem. Em meio à diversidade, parte é posicionada num lugar de prestígio e a outra, num lugar à margem. O que define uma posição ou outra, no meio científico, é a perspectiva em jogo no contexto sócio-histórico naquele instante; trata-se, pode-se assim dizer, do ponto de vista em evidência (“na moda”) no momento. De um modo geral, também se pode dizer que a língua(gem) é vista ou à luz da tradição ou à luz da ruptura, dependendo de onde se olha.

A relevância deste trabalho está na necessidade de mostrar a fragmentação no bojo da tendência “sociologizante” – apontada por Dascal e Borges Neto (1991), mais precisamente – de evidenciar a especificidade dos estudos lingüísticos atravessados pela filosofia da ação. Tais estudos estão em expansão por todo o mundo por intermédio dos trabalhos de Fairclough (1989, 1992a, 1992b, 1995a, 1995b, 2003), Fowler et al. (1979), Fowler (1987), Chouliaraki (2005), Chouliaraki e Fairclough (1999), Canagarajah (1999). No Brasil, são referências: Magalhães (1986, 1995, 2005), Moita Lopes e Fabrício (2005), Pagano e Magalhães (2005), Lopes da Silva e Rajagopalan (2004) e Rajagopalan (1998, 2002, 2003, 2005, 2006).

Sobre o contexto de expansão da Lingüística Crítica, faz-se necessário especificar sua atuação quando realiza estudos sobre a língua(gem)? Ela tem uma postura reivindicatória quando define seus princípios teórico-metodológicos? De onde ela emerge sócio-historicamente? Parece, em princípio, que a Lingüística Crítica irrompe em meio à Lingüística, sendo conseqüência de um desenrolar da própria história dessa última. Neste trabalho, portanto, pretende-se apontar os momentos de ruptura dos estudos da língua(gem) ao longo da história da Lingüística e mostrar como a Lingüística Crítica se contrapõe à Lingüística convencional, reivindicando um lugar em meio aos estudos denominados lingüísticos.

O desenvolvimento desta análise sustenta-se na construção histórica e teórica da Lingüística, considerando basicamente os argumentos desenvolvidos por Dascal e Borges Neto (1991) e destacando os instantes de consolidação de uma tradição e os de ruptura, referentes aos estudos a respeito da língua(gem). Em seguida, dá-se uma ênfase à constituição da Lingüística Crítica e destacam-se algumas inovações, com base no olhar de Rajagopalan (1998, 2002, 2003, 2005, 2006).

LÍNGUA(GEM) À LUZ DA TRADIÇÃO: LINGÜÍSTICA

Os estudos sobre a linguagem estão em desenvolvimento desde a Antigüidade. Platão foi um dos primeiros pensadores ocidentais conhecidos

a pensar a linguagem (WEEDWOOD, 2002). De uma maneira geral, os estudos acerca da linguagem, anteriores ao século XIX, seguiam duas opções, como apontam Dascal e Borges Neto (1991, p. 28-29): uma opção nocional e uma opção filológica.

A opção *nocional* ocupa-se da linguagem a partir das relações *som/sentido*. Possui fundamentação lógico-filosófica e concebe a linguagem como *representação* (do mundo ou do pensamento). Concentra sua atenção na função representativa universal da linguagem e nos elementos que a tornam possível. Em consequência, ignora todo e qualquer tipo de variação lingüística, seja no tempo, seja no espaço.

Os principais representantes da perspectiva nocional são: Platão, Aristóteles e os estóicos (na Grécia Clássica); Varrão (em Roma); os modistas (na Idade Média); os gramáticos de Port Royal e demais lingüistas “cartesianos” (Cordemoy, Du Marais, etc.) nos séculos XVII e XVIII.

[...]

A opção *filológica* já não ignora a variação lingüística mas a concebe em função de uma perspectiva *normativo-prescritiva*, à luz da qual toda variação é desvio. Pretende preservar formas de língua tidas por “clássicas” e, para isso, dedica-se à descrição detalhada dessas formas. Como o acesso a essas línguas “clássicas” se dá basicamente por intermédio do texto escrito, não é de se admirar que a opção filológica (e daí a sua denominação) privilegie as formas escritas em detrimento da fala. O caráter normativo-prescritivo da opção filológica enseja o surgimento dos estudos do *correto/ incorreto*.

Incluimos entre os representantes da opção filológica os gramáticos alexandrinos, Prisciano (séc. V), Alefric (séc. X), os vernaculistas do século XVI (Antonio de Nebrija, João de Barros, Petrus Ramus, Trissino, etc.). Alguns gramáticos normativos contemporâneos (Celso Cunha e Lindley Cintra, na língua portuguesa; Grevisse, na língua francesa; Rafael Seco, na língua espanhola; os autores da “Duden-Grammatik”, no alemão, etc.) inscrevem-se também nessa tradição.

Conforme a opção nocional descrita primeiramente, a linguagem denota uma reflexão da realidade ou do pensamento, constituindo uma imagem que reflete (de forma especular) o mundo ou o pensamento: uma representação simultaneamente refletora e descritiva. Tratando-se da opção filológica, a linguagem constitui a norma cujo propósito é manter somente os usos de prestígio da língua, por meio da prescrição. A linguagem, neste caso, representa (ocupa) o lugar da norma e da prescrição.

Até o século XIX, as duas formas de conceber a linguagem constituíam, sob a ótica dos estudos da linguagem daquele século, perspectivas tradicionais: uma remetia ao fazer filosófico (opção nocional) e a outra, ao fazer crítico-literário (opção filológica); em ambas, o instrumento do fazer era a

linguagem. Ainda no século XIX, em relação às duas óticas supracitadas, há uma ruptura. Os estudos a respeito da linguagem concentram-se no fazer da ciência, tendo por base a busca da regularidade lingüística.

No século XIX, os estudos lingüísticos sofrem uma modificação em seu caráter em função da alteração de seus objetivos. Ao invés de se estudar a linguagem para *fazer filosofia* ou para *fazer crítica literária*, como nos séculos anteriores, passa-se a estudar a linguagem pensando-se em *fazer ciência*. Em oposição a toda lingüística precedente, os lingüistas desse período — os *comparativistas* — pretendem que a sua lingüística seja “científica”, nos moldes da noção de cientificidade que se impôs no início do século XIX. Esse novo objetivo vai determinar não só uma *metodologia* como também um novo objeto para a lingüística. (DASCAL; BORGES NETO, 1991, p. 33)

Os estudos sobre a linguagem realizados durante o século XIX sob a ótica histórica que, em relação aos estudos anteriores, eram concebidos como revolucionários (um novo fazer) – assumem o *status* de tradição, se forem considerados os estudos feitos no século XX. Nesse século, a Lingüística inova, apresentando um objeto teórico definido: a língua.

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. [...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 1975, p. 15)

Observando o trecho acima, pode-se inferir uma preocupação em delimitar o objeto teórico da Lingüística com base no objeto observacional. De acordo com as idéias de Dascal e Borges Neto (1991), o primeiro ato que permite a consolidação de uma área de conhecimento como ciência é a definição do objeto teórico, que é precedida pela delimitação do objeto observacional. No *Cours de Linguistique Générale*¹ (SAUSSURE, 1975), percebe-se como é feita a construção do objeto teórico da Lingüística – a língua – a partir do recorte da realidade: a linguagem.

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um

1 Editado pela primeira vez em 1916. Neste trabalho, estamos utilizando como fonte bibliográfica a tradução do original francês para o português, *Curso de Lingüística Geral*, do ano de 1975.

conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (SAUSSURE, 1975, p. 17)

Com a delimitação do objeto teórico da Lingüística, no início do século XX, outras estratégias consolidadoras da área em questão foram desencadeadas, entre elas, uma prática de pesquisa lingüística de base formalista. Nela, a língua consiste num objeto autônomo.

Saussure atribui à *langue* uma outra característica significativa: a autonomia. Ele entende a *langue* como um sistema de signos que, enquanto tal, independe dos falantes e do meio social. À luz desta característica de autonomia compreende-se que os estudos sociolingüísticos, psicolingüísticos e mesmo históricos sejam periféricos no quadro da teoria de Saussure.

A autonomia é a “chave” para entendermos o papel “revolucionário” do pensamento de Saussure. (DASCAL; BORGES NETO, p. 37)

Vale ressaltar que, com base nas idéias de Dascal e Borges Neto (1991), até a delimitação e definição do objeto teórico da Lingüística, expressa no *Cours*, no início do século XX, pode-se dizer que, anteriormente, tratava-se de estudos sobre a linguagem; e, desde então, o objeto teórico da Lingüística (considerando o método formal, centrado no sistema em si e por si mesmo) emerge de um único ponto de vista sobre a língua (*langue*). Até o século XIX, vários pontos de vista (o fazer lógico-filosófico, o fazer crítico-literário e o fazer histórico-comparativo) atuam sobre a linguagem, havendo diferentes objetos de observação. Uma das mais relevantes inovações de Saussure, levando em conta a diversidade de olhares sobre a linguagem até o século XIX, é delimitar e definir um único olhar, o qual é também designado posteriormente de científico.

Como foi dito no início do trabalho, a concepção de língua e linguagem depende do que está em jogo no contexto sócio-histórico. Nessa época, estava em vigor a perspectiva positivista (advinda do pensamento de Descartes sobretudo), a qual possui uma concepção específica de ciência; e, considerando-a, Saussure constrói o objeto teórico da Lingüística. Podem-

se comparar dois trechos respectivamente, um das *Meditações*, de Descartes (1988), e um do *Cours*, de Saussure (1975), para mostrar a semelhança de atitudes tratando-se do pensar científico sobre um objeto de estudo:

Não é de hoje que venho percebendo que desde os meus primeiros anos recebi por verdadeiras uma porção de opiniões falsas, e que o que depois baseei sobre princípios tão mal seguros só poderia ser muito duvidoso e incerto; julguei desde então queurgia me empenhar seriamente uma vez na vida em me desfazer de todas as opiniões recebidas antes, e tudo começar de novo quanto aos fundamentos, se queria estabelecer alguma coisa de firme e de constante nas ciências. (DESCARTES, 1988, p. 92)

Nossa definição da língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo “Linguística externa”. Essa Linguística se ocupa, todavia, de coisas importantes, e é sobretudo nelas que se pensa quando se aborda o estudo da linguagem. (SAUSSURE, 1975, p. 29)

Tomando o primeiro trecho, percebe-se que Descartes (1988) acredita que o fazer científico só é possível se não houver influências dos sentidos, os quais permeiam a observação da realidade. Deve-se isolar o objeto de estudo dessas influências, que ele denomina “opiniões”. Para Descartes (1988, p. 93), os sentidos acarretam o equívoco. “Tudo quanto recebi até agora como o mais verdadeiro e seguro, aprendi dos sentidos ou pelos sentidos; ora, já não poucas vezes averigüei que tais sentidos eram enganadores, e constitui prudência não se fiar nunca inteiramente numa pessoa que já uma vez nos enganou.” Em função de tanto os sentidos quanto as opiniões engendrarem o engano, é necessário garantir que eles não interfiram no procedimento científico. Munido desse mesmo intuito, Saussure (1975, p. 97) lança mão do apagamento da historicidade da língua para construir o fazer da ciência linguística e estabelecer o método sincrônico, por meio da estratégia da tábula rasa.

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o lingüista que queira compreender esse estado deve fazer *tabula rasa* de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. A intenção da História apenas lhe falsearia o julgamento. (SAUSSURE, 1975, p. 97)

O que é designado, nos dias de hoje, tratando-se dos estudos realizados no âmbito da Linguística, como tradição são estudos de base formalista: tanto aqueles de cunho saussurianos como aqueles de cunho chomskianos. Como argumentam Dascal e Borges Neto (1991), não há um estudo, na atualidade,

que não tenha sido reelaborado, mesmo seguindo os princípios de Saussure ou de Chomsky. Porém, é inegável que, por um lado, trata-se do mesmo objeto teórico, a língua; e, por outro, esses estudos constituem óticas diferentes sobre o mesmo objeto. Aquela idéia do princípio da unicidade sobre o objeto teórico da Lingüística, no século XX, e a do procedimento metodológico não são condizentes com os aspectos sócio-históricos da atualidade. Segundo Dascal e Borges Neto (1991, p. 41), há, no que se refere à Lingüística Contemporânea, três tendências:

- a) uma tendência “sistêmica”, que busca ver na linguagem um “sistema” autônomo, sem relações com os falantes ou com o meio social;
- b) uma tendência “psicologizante”, que destaca as relações da linguagem com os falantes; e
- c) uma tendência “sociologizante”, que privilegia as relações entre a linguagem e seu nicho social.

A questão é que, em meio a essa diversidade de olhares sobre a língua, mantém-se como tradição observá-la e estudá-la como se ela fosse uma estrutura. No entanto, para cada tendência acima citada, estrutura denota uma noção diferente, e, por consequência, cada uma dessas tendências segue procedimentos metodológicos diferentes. Até esta altura do trabalho, o resgate teórico (seguindo um percurso, de certa forma, historiográfico) permite dizer que estudar a língua como estrutura, sob vários vieses, consiste numa ruptura em relação à constituição da Lingüística como ciência, visão do início do século XX. No entanto, segundo Dascal e Borges Neto (1991), observando, com mais minúcia, a caracterização das três tendências, percebe-se outras outras questões não apontadas que merecem ser evidenciadas. Na terceira tendência, denominada “sociologizante”, concebe-se a língua como um objeto à luz do social, porém, sob visões extremamente diferentes.

As teorias que seguem a tendência “sociologizante” ocupam-se ou do uso que os falantes fazem das expressões lingüísticas, “filiando-se” à *filosofia da ação*, ou das determinações sociais presentes na escolha das formas lingüísticas utilizadas, “filiando-se” à *sociologia*. [...]

Os principais proponentes de “teorias do uso” são filósofos como Austin e Searle, embora haja também propostas de lingüistas como Ducrot, por exemplo. As “teorias da determinação social”, reunidas sob o rótulo de *sociolingüística*, têm em Labov, com sua Teoria da Variação e da Mudança Lingüística, o seu principal representante. (DASCAL; BORGES NETO, 1991, p. 44-45)

Filiado à filosofia da ação, emerge um outro ponto de vista sobre a língua, o qual desmonta a separação entre língua e linguagem: a Lingüística Crítica.

Na seção anterior, foram trazidos à baila argumentos desenvolvidos por Dascal e Borges Neto (1991) para construir uma trajetória histórica da Lingüística e para evidenciar a maneira como foi constituído seu objeto teórico no século XX. Também, por meio do delineamento histórico da Lingüística, foi possível identificar pontos de ruptura. Primeiramente, a rotura do olhar histórico-comparativo sobre a linguagem emergente no século XIX em relação aos estudos lingüísticos anteriores ao século XVIII. Secundariamente, o rompimento da perspectiva científico-lingüística (ou estruturalista) do século XX em relação aos estudos histórico-comparativos realizados no decorrer do século XIX. Percebe-se que os estudos a respeito da língua(gem) constituem um jogo entre a tradição e a ruptura, ou melhor, entre o velho (o constituído) e o novo, o emergente (o ponto de vista que reivindica um *status* de consolidação). Pode-se inferir, com isso, que as três tendências da Lingüística Contemporânea, apontadas por Dascal e Borges Neto (1991), encontram-se em fase de disputa, ou confronto entre si, para o prevalecimento de uma.

Entretanto, no contexto sócio-histórico atual, em que há uma crise das noções de identidade (RAJAGOPALAN, 2002; SILVA, HALL, WOODWARD, 2000), de representação e de conhecimento (RAJAGOPALAN, 1998, 2002, 2003, 2005, 2006), pode-se afirmar que o estudo inovador acerca da língua(gem) – sob a ótica da Lingüística Crítica – também está reivindicando um lugar no bojo dos estudos da Lingüística. É possível dizer que há uma postura reivindicatória por parte da Lingüística Crítica, por exemplo, quando Rajagopalan (1998) pergunta: “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?”. Nesse trabalho, reivindica-se um repensar sobre a identidade lingüística com base em dois pontos: o que é língua e o que é uma pessoa que conhece uma língua.

Entre as críticas feitas por esse autor no desenrolar do trabalho em questão, podem-se destacar as seguintes: 1) a forma de desvencilhar a língua da fala, como fizeram Saussure e Sapir, atribuindo à língua um “sentido genérico”, e Chomsky, que a denominou “substantivo abstrato” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 23); 2) a separação entre o informante e o lingüista, papéis assumidos durante a pesquisa de campo para posterior análise lingüística cujo objeto seria a língua, negligenciando a fala; 3) a ligação da idéia da identidade dos falantes da Lingüística de base estruturalista e da Lingüística de base gerativista ligada à concepção essencialista; 4) a idéia de autenticidade presente nos estudos tradicionais sobre a pidginização e a criouliização, que valorizam as falas ditas “autênticas”. Ainda segundo o autor, de um modo geral, além de a identidade lingüística ser tomada como essencialista, ela é

também concebida como “uma questão pacífica” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 26). Os conflitos, as práticas e os jogos identitários perceptíveis por meio da língua(gem) são ignorados.

[...] os lingüistas até agora têm sido lentos em perceber todo o alcance das implicações do multilingüismo e do multiculturalismo. Em consequência disso, não chegaram normalmente a reconhecer que o conceito tradicional de identidade em lingüística necessita de uma revisão urgente. A identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes. (RAJAGOPALAN, 1998, p. 40)

Rajagopalan (1998) é contundente em apontar a “distração” dos lingüistas no que se refere à concepção essencialista de identidade lingüística. Segundo ele, considerando os estudos culturais (HALL, 1996, 2003; SILVA, HALL, WOODWARD, 2000), já não é possível olhar a identidade pelo viés essencialista ou cartesiano. A noção de identidade, observando o contexto sócio-histórico estruturado atualmente na globalização (HALL, 2003) e na acessibilidade da informação (BURKE, 2003), pauta-se na abertura, na descontinuidade e na fragmentação (SIGNORINI, 1998): uma perspectiva pós-moderna. Além disso, a identidade pós-moderna consiste num construto a serviço de uma política de representação (RAJAGOPALAN, 2002, 2003).

A crítica de Rajagopalan (1998) remete, sobretudo, a uma idéia de língua como objeto natural e passível de ser estudado de modo neutro. Vale acrescentar que esse autor vê a língua(gem) como um objeto de desejo. Trata-se de um objeto pertencente somente aos lingüistas, como se pode notar nas palavras de Rajagopalan (2006, p. 79):

Para começar, devemos admitir que, em um campo de pesquisa como a lingüística, em nenhum momento estamos descrevendo um objeto cuja existência independe da investigação empenhada sobre ele. O modo de investigação interfere na constituição do próprio objeto; isto é, a lingüística cria o próprio objeto que, depois, decidiram chamar de *a linguagem*. Em princípio, então, qualquer semelhança entre o que os lingüistas chamam de *a linguagem* e o que os leigos (não-lingüistas) conhecem com o mesmo nome pode ser apenas uma simples coincidência. Isso significaria, por sua vez, que não é com base em critérios objetivos que os lingüistas vão poder convencer os leigos de que têm um olhar privilegiado (por ser científico e, portanto, “mais fiel à realidade”) sobre o objeto de estudo.

Para os lingüistas, a língua é um objeto de estudo diferente e distante daquela língua falada pelos falantes leigos, apesar de referir-se, pelo menos,

no âmbito da designação, à mesma nomeação. Porém, a valoração atribuída individualmente por falantes e linguistas é distinta. A língua, como objeto de estudo da Lingüística, é uma construção teórica, como foi discutido anteriormente com base nas idéias de Dascal e Borges Neto (1991).

A língua como objeto dos estudos dos lingüistas não é – e jamais poderia ser – um objeto natural, simplesmente porque é o *objeto* de um estudo e, enquanto tal, deve sua existência ao próprio estudo que é empenhado. Em outras palavras, a lingüística faz que ela exista da forma que melhor lhe convém, ou seja, é objeto de um desejo. Do mesmo modo que a natureza – como vem sendo alardeada e defendida pelos movimentos ecológicos atuais – é algo culturalmente produzido, a língua (tal qual emerge dos estudos do lingüista) também é um produto cuja produção, ou cuja manufatura, passa por uma determinada política de identidade, desde os tempos em que a lingüística firmou-se como ciência – os fins do século XIX e o começo do XX. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 79-80)

A construção teórica do objeto da Lingüística é também uma questão político-ideológica, porque atende a interesses e conveniências de uma ciência da língua, como desejam os lingüistas. Em função desse desejo científico e de poder, os lingüistas constroem um objeto teórico que se vincula a uma política de representação; esta, por sua vez, possibilita um fazer lingüístico: uma forma de satisfazer tal desejo.

Por fim, mais uma vez, Rajagopalan (2006, p. 80) faz uma convocação: o refletir sobre os princípios teóricos e metodológicos da Lingüística: “Para nós – herdeiros de uma ciência fundada há cem anos e contemporâneos dos tempos pós-modernos –, o grande desafio é como repensar tudo, incluindo a língua, à luz das formas de pensar de nossos dias.” Por um lado, quando o autor aponta um repensar da identidade lingüística (RAJAGOPALAN, 1998), e, por outro, quando evidencia a construção teórica e conveniente da língua como objeto natural (RAJAGOPALAN, 2006), pretende mostrar o caráter problematizador da Lingüística Crítica, que tem entre seus propósitos o repensar dos próprios pilares da Lingüística.

No centro das atenções da Lingüística Crítica está [...] o interesse em intervir na própria realidade que se observa. Se a forma como a pesquisa lingüística tem sido encarada ao longo dos tempos não nos permite ativamente intervir, é hora de repensar a nossa própria atuação enquanto pesquisadores e questionar o conceito de ciência que nos impediu de fazer tais intervenções. A Lingüística Crítica entende que, no fundo, não passa de um grande engodo, uma tremenda ilusão, a própria idéia de que se possa fazer pesquisa lingüística que não tenha impacto algum sobre a realidade que ele supostamente descreve e explica de forma isenta e neutra.

Pelo contrário, queiramos ou não, as nossas pesquisas sempre têm conseqüências, e muitas dessas conseqüências são de ordem ideológica e política. (RAJAGOPALAN, 2005, mimeografado)

É inegável o papel problematizador, repensante, do lingüista crítico. É um princípio pressuposto quando está circunscrito à Lingüística Crítica. Contudo, não se reduz a isso, como salienta Rajagopalan (2005, mimeografado).

[...] a Lingüística Crítica não é simplesmente um olhar crítico acrescido às formas tradicionais de fazer pesquisa lingüística. Se assim fosse, bastaria apenas nos preocuparmos com as conseqüências das reflexões que já foram desenvolvidas e ainda estão sendo desenvolvidas no campo da Lingüística, tal qual esta foi sendo consolidada desde seu momento inaugural com a publicação da obra *Cours de Linguistique Générale* (SAUSSURE, 1916), consensualmente tida como a obra inaugural da lingüística moderna. A Lingüística Crítica nasceu de um certo desencanto com a inabilidade e a recusa da lingüística convencional de promover transformação na realidade que ela se propõe a estudar. Em razão de uma série de decisões inaugurais, a Lingüística, em seu sentido convencional, se limitou a *descrever* seu objeto de estudo e, na melhor das hipóteses, *explicá-lo*, entendendo-se pelo termo *explicação* a tarefa de relacionar a estrutura da língua a outros princípios, como o da biologia do cérebro humano.

Para encerrar esta discussão, a inovação da Lingüística Crítica está na afirmação da tenuidade das distinções entre fato e valor; nomeação e predicação; constatação e *performance*.

No fim das coisas, advogar uma postura crítica em relação às pesquisas lingüísticas, argumentar a favor de uma Lingüística Crítica, é nada mais do que levar até as últimas conseqüências a tese defendida por Austin (1962), segundo a qual não há constatações ideologicamente inocentes. Por trás de todas elas, existem pessoas humanas de carne e osso, sujeitos atuantes politicamente que têm seus interesses e seus objetivos em influenciar as opiniões dos outros. Ora, se não há constatações inocentes, se todas as constatações são, conforme nos ensina Austin, performativas, continuar a acreditar na isenção ideológico-política das nossas teorias ditas científicas – entendidas como conjuntos de constatações, cada uma imbuída de um valor veritativo positivo – é um gesto, no mínimo, ingênuo. Tendo se conscientizado da existência de tal dimensão ideológico-política da ciência, agir como se fosse perfeitamente normal continuar a fazer pesquisa científica nos moldes tradicionais é teimosia pura, não condizente com o papel de um intelectual sério e comprometido. (RAJAGOPALAN, 2005, mimeografado)

A diluição das fronteiras principiou-se com os trabalhos de Austin (1962), posteriormente, retomados por filósofos pós-estruturalistas da linguagem como Derrida, e por lingüistas críticos, como Rajagopalan. Tal diluição norteia a idéia de tenuidade entre fato/valor, nomeação/predicação, teoria/metodologia, língua/linguagem, natureza/cultura (entre outros pares instituídos como distintos sob o ponto de vista filosófico-clássico) e perpassa as práticas do lingüista crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir (sem a pretensão de impor a verdade) que, no decorrer da história da Lingüística, há um jogo entre o que foi consensualmente estabelecido como tradição e o que emerge como inovação. De um modo geral, o resgate histórico e teórico possibilita notar uma ruptura dos estudos lingüísticos realizados durante o século XIX (a opção histórica) em relação àqueles realizados até o século XVIII (a opção nocional e a filológica). No início do século XX, mais precisamente com a publicação do *Cours de Linguistique Générale*, em 1916, de Ferdinand de Saussure, evidencia-se uma nova ruptura em relação aos estudos sobre a linguagem desenvolvidos no desenrolar do século XIX. Um terceiro rompimento emerge quando se dá a fragmentação das tendências após a consolidação da Lingüística como ciência: a tendência de caráter “sistêmico”, a de cunho “psicologizante” e de viés “sociologizante” (DASCAL; BORGES NETO, 1991).

Por fim, neste trabalho, foi proposto identificar uma ruptura em meio à terceira tendência de abordagem da língua(gem) apontada anteriormente: a Lingüística Crítica. Sua inovação está, entre outros aspectos, em assumir, de um lado, o caráter intervencionista do fazer pesquisa lingüística sobre a realidade, descartando a idéia de neutralidade e a de apoliticidade da ciência; e, de outro, está em reivindicar um lugar próprio no âmbito da Lingüística Contemporânea, de modo a explicitar a ineficiência da Lingüística convencional em relação às questões lingüísticas atuais, circunscritas a uma realidade complexa, cujas vigas sustentadoras remetem à globalização e à acessibilidade da informação/conhecimento.

Considerando o papel intervencionista e questionador do lingüista crítico, é relevante encerrar este trabalho dizendo que, apesar de não se limitar a uma crítica da Lingüística, a Lingüística Crítica também não escapa do jogo político-ideológico que envolve a consolidação de uma área de conhecimento. Ou seja, mesmo problematizando as bases teóricas e metodológicas da Lingüística, é ilusório afirmar que a Lingüística Crítica jamais se envolverá num engodo ou não estará a mercê de um questionamento. Ela não está imune a esses riscos, uma vez que é uma construção teórica e metodológica

que busca estudar a língua(gem). Trata-se, portanto, de mais um ponto de vista em meio a diversos outros sobre esse tema. Todos eles, é claro, circunscritos a uma política de representação específica (BORGES, 2004; RAJAGOPALAN, 2002, 2003).

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BORGES, Maria Isabel. *O jogo ético-político nos quadrinhos editados em "O Pasquim"*. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CANAGARAJAH, A. Suresh. *Resisting Linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHOUILIARAKI, Lilie. Media discourse and the public sphere. *DELTA*, São Paulo, v. 21, p. 45-72, 2005. Edição Especial.
- CHOUILIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DASCAL, Marcelo; BORGES NETO, José. De que trata a Lingüística, afinal? *Histoire, Épistémologie, Langage*, v. 13, n. 1, p. 13-50, 1991.
- DESCARTES, René. *Meditações: objeções e respostas (cartas)*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- _____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992a.
- _____. (Org.). *Critical language awareness*. London: Longman, 1992b.
- _____. *Media discourse*. Oxford: Edward Arnold, 1995a.
- _____. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1995b.
- _____. *Analysis discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOWLER, Roger. Notes on critical linguistics. In: THREADGOLD, T.; SETEELE, R. (Org.). *Language topics: essays in honour of Michael Halliday*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- FOWLER, Roger. et al. *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de T. T. da Silva e G. L. Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOPES DA SILVA, Fábio Luiz; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. *DELTA*, v. 2, n. 2, p. 181-205, 1986.

_____. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. *Journal of Pragmatics*, n. 23, p. 183-197, 1995.

_____. Critical discourse analysis and the semiotic construction of gender identities. *DELTA*, v. 21, p. 179-206, 2005. Edição Especial.

MOTA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *DELTA*, v. 21, p. 45-72, 2005. Edição Especial.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia. Análise crítica do discurso e teorias culturais: hibridismo necessário. *DELTA*, v. 21, p. 21-44, 2005. Edição Especial.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de A. Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 21-45.

_____. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lucia M. A.; ORRICO, Evelyn G. D. (Orgs.). *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 77-87.

_____. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Lingüística crítica e a crítica da lingüística. In: ENCONTRO NACIONAL DE INTERAÇÃO EM LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL, 7; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2005, Brasília-DF. *Anais...* Brasília-DF: Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculas, 2005. Mimeografado.

_____. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Maria Martins (Orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006. p. 61-80.

SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: _____. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p. 333-380.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Tradução de Tomaz T. da Silva. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.